

EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE

AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA
COMARCA DE _____

Processo nº: _____

EXEQUENTE: _____

EXEQUENTE: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO/ESTADO/UNIÃO

EXECUTADO: _____

EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE

_____, já qualificado nos autos da Execução Fiscal em
epígrafe, por seu advogado infra-assinado, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência
apresentar

**EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE, com fundamento no artigo 525, §1º, do Código de Processo Civil, e
demais dispositivos aplicáveis, nos termos que passa a expor:**

I – DOS FATOS

O Executado foi surpreendido com a presente execução fiscal, que visa a cobrança do crédito
tributário referente a _____, inscrito em dívida ativa sob o nº

_____.

Todavia, a execução não preenche os requisitos legais para sua validade e prosseguimento,
motivo pelo qual se apresenta a presente exceção.

II – DA TEMPESTIVIDADE

A exceção é tempestiva, pois apresentada antes da penhora ou no prazo legal sem que tenha
havido manifestação anterior que importe em preclusão do direito.

III – DAS PRELIMINARES DE MÉRITO

1. NULIDADE DA CDA

A Certidão de Dívida Ativa (CDA) que instrui a execução apresenta vícios insanáveis, tais como:

- Ausência de indicação do sujeito passivo;
- Falta de descrição precisa do crédito tributário;

- **Inexistência de assinatura válida do agente público competente;**
- **Não observância dos requisitos formais previstos na Lei nº 6.830/80 e na legislação tributária correlata.**

Estas falhas tornam a CDA inválida para fins executórios, conforme precedentes do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

2. INEXISTÊNCIA OU NULIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO

O título executivo extrajudicial, representado pela CDA, não preenche os requisitos legais, inexistindo um título válido para a presente execução.

Dessa forma, não há que se falar em continuidade do feito com base em documento inválido.

3. PRESCRIÇÃO OU DECADÊNCIA

O crédito tributário objeto da execução encontra-se fulminado pela prescrição ou decadência, conforme dispõe o artigo 174 do Código Tributário Nacional, ou legislação específica aplicável. Assim, inexistente direito líquido e certo da Fazenda Pública para prosseguir com a execução.

4. ILEGITIMIDADE ATIVA OU PASSIVA

Caso reste demonstrado que o exequente não é o legítimo titular do crédito tributário, ou que o executado não é o sujeito passivo da obrigação tributária, deve ser reconhecida a ilegitimidade, com a extinção do processo.

IV – DO DIREITO

A exceção de pré-executividade é medida que se impõe para a análise de matérias de ordem pública, como a validade do título, a prescrição, e a nulidade da execução, sem necessidade de penhora ou garantia do juízo.

Fundamenta-se no artigo 525, §1º, do CPC, e na jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça.

V – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

- a) O recebimento e o conhecimento da presente exceção de pré-executividade;
- b) O reconhecimento da nulidade da execução fiscal por ausência de título executivo válido e/ou prescrição/decadência do crédito tributário;
- c) A extinção do processo executivo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso II, do Código de Processo Civil;
- d) A condenação do exequente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios;

e) A produção de todas as provas admitidas em direito, caso necessário;

Termos em que,
Pede deferimento.

_____, _____

Local Advogado(a)

OAB/UF nº _____

Fonte original deste documento:

<https://modelos-br.com/excecao-de-pre-executividade-execucao-fiscal/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://modelos-br.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.